



# Entrevista

Leonardo Sakamoto\*

Xavier Plassat\*\*

Neste número a REMHU apresenta uma entrevista realizada com Leonardo Sakamoto – coordenador da ONG Repórter Brasil e seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) –, e com Frei Xavier Plassat – membro ativo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e coordenador da Campanha nacional da CPT contra o Trabalho Escravo.

1. Prezados Frei Xavier Plassat e Leonardo Sakamoto, hoje é bastante comum encontrar nos meios de comunicação social notícias sobre a escravidão rural no Brasil. Trata-se da mesma escravidão do passado (da época colonial) ou possui características específicas?

*Último país a fazê-lo, o Brasil aboliu a escravidão em 1888. As práticas atuais são qualificadas de análogas ao trabalho escravo (do Brasil colonial ou imperial), sugerindo semelhanças e distinções. Sobre o escravo moderno, o patrão não mais exerce um direito de propriedade, mas sim de uso e abuso, o que muitas vezes se revela até pior, pois não se responsabiliza pela “conservação”*

---

\* Jornalista e Doutor em ciências políticas pela Universidade de São Paulo. Cobriu a guerra pela independência no Timor Leste e a guerra civil angolana. Foi professor do curso de jornalismo da ECA-USP e trabalhou em vários veículos de comunicação, tendo recebido prêmios na área de jornalismo e direitos humanos, como o Vladimir Herzog e o Prêmio Combate ao Trabalho Escravo. Empreendedor social Ashoka, é coordenador da ONG Repórter Brasil e seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). São Paulo / Brasil.

\*\* Frade dominicano, formado em ciências políticas, economia e administração pela Universidade de Paris I, com estudos de filosofia e teologia em Lyon. Entre 1976 e 1988, exerceu na França a profissão de auditor financeiro a serviço das comissões de fábrica. No Brasil, desde 1989, trabalha na Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na região norte do país. Desde 1997, assume a coordenação da Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo e representa a CPT junto à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). Araguaína / Brasil.

deste patrimônio. Pelo contrário, descarta-o quando não lhe serve mais, depois de explorá-lo até ou além do limite, em serviços braçais, geralmente de limitada duração.

Carvoeiro, roçador de pasto ou cortador de cana do século 21 tem expectativa de vida inferior a muitos escravos antigos. O escravo brasileiro contemporâneo tem de 17 a 40 anos, é majoritariamente homem, analfabeto ou minimamente escolarizado. Hoje, um brasileiro não se torna necessariamente escravo por ser negro, porém, pela sua persistente marginalização socioeconômica, os afrodescendentes continuam fornecendo os maiores contingentes. Grillhões e ferros não são mais o meio comum de subjugar a liberdade de outrem: os escravos “da precisão” –trabalhadores sem terra e sem alternativa, vítimas das promessas de aliciadores organizados – migram país a fora em busca de sustento a qualquer preço. Trabalho degradante, jornada exaustiva, dívida fabricada, humilhações, ameaças e violência, junto ao isolamento, são as correntes eficazes do seu cativeiro.

O trabalho escravo e também as relações de trabalho no Brasil, não deixam de ser uma herança do escravismo colonial e imperial. A sociedade escravista moldou as relações de trabalho, a relação entre detentores de direitos e de deveres, e a maneira como é vista a geração de riqueza. Na verdade, a “canetada” da Princesa Isabel não garantiu nenhuma inserção dos ex-escravos na sociedade brasileira. Liberou-se essa força de trabalho, enquanto se lhe fechava o livre acesso a terra, de forma que os trabalhadores não encontrassem nenhuma compensação. Ainda vivemos as consequências daquilo.

2. O trabalho escravo rural é típico do Brasil ou há casos análogos em outros países da América Latina e do mundo? Em nível internacional, existem outras entidades que se dedicam à luta pela erradicação da escravidão?

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a América Latina (e Caribe) abriga hoje cerca de 1,3 milhão entre os 12,3 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado ou servidão em todo o mundo. Os maiores números encontram-se na Ásia, com cerca de 9,4 milhões, incluindo formas de servidão por dívidas herdadas de pai para filho. Para a África e o Oriente Médio, o número é de 0,9 milhão. Outros 360.000 escravos estão nos países industrializados. Diz o mesmo relatório da instituição que perto de 56% de todas as pessoas vítimas de trabalho forçado são mulheres ou meninas. No Brasil, no caso de trabalho escravo para exploração econômica, a maioria é de homens. As formas variam de acordo com o contexto, a cultura, a história de cada país. Nos países amazônicos, a servidão e a peonagem por dívida, ainda são a forma comum de exploração, especialmente em comunidades indígenas. Bolívia e Peru têm avançado muito, recentemente, no conhecimento e na adoção de ações de combate à escravidão: o Peru já tem um Grupo Móvel de Fiscalização inspirado do modelo em vigor no Brasil desde 1995, e a Bolívia já estabeleceu o confisco, em benefício do programa de Reforma Agrária, da propriedade de quem escraviza - uma proposta que no Brasil, sob o nome de PEC 438/2001, se arrasta há anos, vítima da ferrenha oposição do lobby ruralista. Aqui e ali, o mesmo tripé explica a permanência dessa forma extrema de exploração: a ganância como “alma do negócio”, a

*impunidade como garantia de sua reprodução, a miséria como seu fruto e seu adubo certo.*

3. Sabemos que, geralmente, os trabalhadores escravizados são migrantes. Existem informações sobre o perfil desses migrantes, bem como sobre as Unidades da Federação de origem e as Unidades da Federação onde é mais comum a prática da escravidão? (Mulheres e crianças também são escravizadas?)

*De fato, explorar o trabalhador trazido de fora sempre tem sido a regra na história da escravidão. Nas condições do Brasil contemporâneo, o avanço da fronteira agrícola sobre as terras da floresta amazônica, mas também no cerrado central e no pantanal tem constituído um apelo muito forte para a migração temporária ou definitiva de trabalhadores empobrecidos do nordeste e do norte do país, devidamente aliciados por mirabolantes promessas. Rotas e empreendimentos foram se diversificando: hoje os fiscais libertam escravos no Paraná, aliciados em Minas e Bahia para plantar pinus; em São Paulo, Rio, Mato Grosso e Goiás, há os migrantes da cana, vindos do Piauí, Maranhão ou Alagoas e encontrados em situações degradantes que nosso Código Penal assimila hoje à condição análoga à de escravo, culminando em ocorrências de morte por exaustão. No entanto, a maioria dos casos é encontrada no chamado “Arco do Desmatamento” (Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso). Graças à inclusão dos resgatados no seguro-desemprego a partir de 2003, temos um perfil desses trabalhadores, em maioria homens (95,7%). Cerca de 70% nasceram entre Maranhão, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí ou Tocantins. Analfabetos: 43%. 2º Grau: 3%. Em 63% dos casos, a faixa etária no dia da libertação era de 18 a 34 anos; 1,3% deles estava abaixo de 17 anos.*

4. De que forma são aliciados os trabalhadores migrantes?

*Para o aliciamento tem sido central a figura do “gato”, um agenciador de mão-de-obra que intermedia a relação trabalhista, visando exonerar o empregador real de qualquer responsabilidade. Entre peão bem sucedido e empregado sem real idoneidade empresarial, mas com eficientes contatos no mundo dos trabalhadores, o “gato”, eventualmente auxiliado por “sub-gatos”, recebe o pagamento do tomador de serviço e se encarrega de reunir, contratar, levar para a fazenda e, conforme o caso, coordenar o trabalho da(s) turma(s) de trabalhadores necessárias para a realização das tarefas contratadas. Adiantamentos de dinheiro e promessas variadas tornam irresistível a enganosa proposta. Com o avanço da repressão a essa terceirização de fachada, novas e modernizadas formas de intermediação vêm surgindo, criando aparências de contratação mais legalizadas para melhor driblar a fiscalização – que costuma desconsiderar a ficção do “gato” e procura responsabilizar o empregador real.*

5. Alguns acreditam que haja uma ligação entre o agronegócio (inclusive agrocombustíveis) e o trabalho escravo. Em nome do desenvolvimento econômico tolera-se a prática da escravidão. Trata-se de afirmações corretas?

*Falar em agronegócio nas condições atuais do Brasil é falar em monocultura de exportação e processo de crescente concentração/expulsão de terra. Há ligação sim entre a expansão desenfreada do agronegócio, no contexto da economia globalizada, e a precarização das relações trabalhistas: em nome da conquista de novas fatias de mercado sem reduzir as margens de lucro, há uma pressão contínua para flexibilizar os direitos do trabalhador. O trabalho escravo está presente nas principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, com destaque para a pecuária bovina e a madeira (metade das denúncias), a cana (metade dos libertados), a soja, o algodão, além do carvão vegetal para uso na siderurgia. Operadores internacionais demandam produtos sempre mais baratos sem se preocupar com o que isso implica lá na ponta. Aonde o Ministério do Trabalho leva a fiscalização, flagra situações degradantes e identifica trabalho escravo. Nestes últimos anos, com o boom anunciado do etanol, a fiscalização nos canaviais foi intensificada: uma forma de prevenir excessos e de garantir aos mercados um produto "limpo". Como resultado, se evidenciou o que já se supunha há muito tempo: a ligação da produção do açúcar e o álcool com o trabalho escravo. Vale lembrar que, sem alteração tecnológica, a produtividade de um cortador de cana brasileiro passou em poucos anos de 8 para 15 toneladas por dia.*

6. Na opinião dos senhores, quais são os principais caminhos de combate e quais as principais dificuldades para a erradicação do trabalho escravo no Brasil?

*Uma coisa é certa: libertar escravos não erradica a escravidão. O Brasil libertou cerca de 30.000 escravos desde 2003, data do 1º Plano nacional de erradicação do trabalho escravo e outros 6.000, entre 1995 (criação do Grupo Móvel de Fiscalização) e 2002. Alguns pensam que é um número grande. No entanto, ainda estamos muito longe de erradicar essa prática. Algumas pessoas perguntam: quantos escravos vivem no Brasil? Isso é impossível de estimar: a CPT já pensou em 25 mil, e alguns funcionários públicos em 40 mil.*

*De 1995 até hoje, avançamos muito na construção de instrumentos públicos para combater essa prática. Temos uma fiscalização que verifica a situação no campo e retira trabalhadores, além de uma ação cada vez mais relevante da Justiça do Trabalho junto com o Ministério Público, para fazer com que os escravagistas contemporâneos paguem indenizações. Também temos um número crescente de condenações criminais desde 2006, quando o STF decidiu que a Justiça Federal teria a competência para julgar esse tipo de crime, além de punições econômicas da sociedade civil. Os escravagistas vão para uma "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, e esse cadastro é público e usado por empresas, bancos privados e públicos para cortar financiamento e negócios.*

*Porém, existe uma rede de fatores complexos a ser derrubados, tanto do lado da demanda de serviço por parte de trabalhadores sem alternativas, desorganizados, desinformados, quanto do lado da oferta de trabalho por parte de produtores inescrupulosos. Importante, a conscientização preventiva não basta. Essencial, a repressão administrativa, penal e financeira ainda está longe de ser realmente dissuasiva. Muitas denúncias ficam sem fiscalização. A*

quase-totalidade dos infratores ficou sem sanção penal, até recentemente. E ninguém ainda perdeu a propriedade por motivo de trabalho escravo. Novos instrumentos de repressão econômica, promissores, estão crescendo: pactos cidadãos ou corporativos incentivando o boicote pelo mercado com base na “traçagem” dos produtos do trabalho escravo nas cadeias produtivas. Mas existe ainda muita resistência: aqui no Brasil, a principal organização profissional, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), mantém na prática uma postura negacionista e consegue, no legislativo, no executivo e no judiciário, garantir a prevalência de seus interesses e o conivente direcionamento das políticas do Estado.

Se a impunidade está sendo combatida e a ganância está começando a ser impugnada, a pobreza está longe de ser erradicada.

O trabalho escravo não é uma doença, mas ele é uma febre, ou seja, um sintoma de algo mais grave. A doença é a pobreza, a falta de acesso a possibilidades, a alternativas de vida, que empurra milhões de pessoas para fora de suas casas em busca de subemprego, da qual o trabalho escravo é a pior condição. Então, estamos avançando no combate à impunidade e ganância, mas muito longe de combater a pobreza no Brasil, que é mãe do trabalho escravo.

As raízes da escravidão são profundamente entranhadas.

## 7. De que forma a Comissão Pastoral da Terra e a ONG Repórter Brasil atuam pela erradicação do trabalho escravo no Brasil?

A CPT tem historicamente assumido o papel de alertar e revelar uma situação sistematicamente ocultada. Lançando mão da pressão nacional e internacional, conseguiu levar o Estado a se posicionar e enfrentar essa realidade. A mobilização de setores aliados, na sociedade e na esfera pública, e o paciente trabalho de organização e de prevenção, lá na base, têm levado o combate a um novo patamar a partir dos anos 2000. As equipes locais têm como prioridade o atendimento às vítimas e, a partir deste, a busca de soluções estruturais que possam cortar o ciclo vicioso da (re)escravização.

Na mesma linha de revelação e provocação à ação, a Repórter Brasil (RB), por meio de sua agência de notícias - dedicada ao combate ao trabalho escravo e assuntos correlatos - gerou e multiplicou informações qualificadas sobre o assunto. Desenvolve pesquisas de cadeias produtivas para expor as responsabilidades dos impactos sociais e ambientais da produção agropecuária e extrativista, analisa e relata os impactos dos agrocombustíveis, e capacita novos e eficientes atores neste combate, tais como os professores do ensino fundamental e médio. A RB também coordena o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, reunindo empresas contra esse crime. Sem medo de incomodar, CPT e RB são atores essenciais na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

## 8. O que mais seria interessante acrescentar para informar nossos leitores?

No desafio mundial do combate ao tráfico de pessoas (pelo qual passam 2,4 dos 12,3 milhões de escravos no mundo), a mobilização da sociedade pela

*erradicação do trabalho escravo é fundamental. O Brasil tem acumulado uma experiência significativa, hoje citada em exemplo aqui ou ali. No mundo globalizado, esta será uma luta longa: na aldeia global, as formas de burlar regras e controles são infinitas. Denunciar, mobilizar e construir coalizões e promover alternativas é tarefa que não acaba. A dignidade é uma só. Como canta Chico César:*

*Sou tu, sou ele, e todos que nem conheço, nós todos e todos eles,  
escravos do novo século, mão de obra barata, obrigados ao desterro,  
condenados ao inferno...*

## **Interview**

*For this number REMHU presents an interview to Leonardo Sakamoto – the coordinator of the NGO “Reporter Brasil” and its representative in CONATRAE (National Commission for the Eradication of Slavery Work) –, and to Friar Xavier Plassat – member of the CPT (Pastoral Land Commission – CPT) and coordinator of the CPT campaign against slave labor.*